

ATA N.º 5/2024

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE CÂMARA DE 07/02/2024

PRESENCAS

PRESIDENTE: LUÍS MIGUEL FIALHO DUARTE, PRESIDENTE DA CÂMARA
VEREADORES: PAULA MARISE CARRACHA PANÓIAS BAMOND DAS NEVES
SARA CRISTINA CUPIDO CARMO GROU
RITA FIGUEIRA DE MATOS RAFAEL, EM SUBSTITUIÇÃO DO VEREADOR MIGUEL JOSÉ FONSECA BENTINHO
ANTÓNIO FRANCISCO COSTA DA SILVA

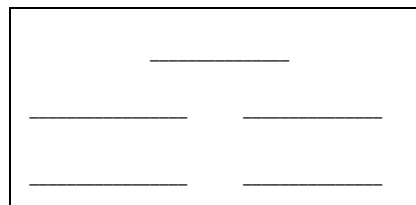
HORA DE ABERTURA: 09:30 HORAS

HORA DE ENCERRAMENTO: 10:58 HORAS

FALTAS JUSTIFICADAS:

FALTAS INJUSTIFICADAS:

| | |
|---|---|
| CAIXA | € |
| FUNDOS DE MANEIO | € |
| FUNDO DE MANEIO 1 – MARIA LUISA MARQUES MIRA FERREIRA | € |
| FUNDO DE MANEIO 2 – MARIA MANUEL NARCISO GRILLO ROBERTO | € |
| FUNDO DE MANEIO 4 – RUI PAULO CORREIA MARTINS | € |
| FUNDO DE MANEIO 5 – JOÃO SÉRGIO CANIVETE MORAIS | € |
| FUNDO DE MANEIO 6 –TERESA MARIA PIRES PENETRA..... | € |
| FUNDO DE MANEIO 7 – HELENA ISABEL BARROS TORRÃO | € |
| FUNDO DE MANEIO 9 – DANIELA CONCEIÇÃO BANHA PALHAIS | € |
| DEPÓSITODEPÓSITOS EM INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS | € |
| C.G.D. - CONTA N.º 0035/ 00000345430 | € |
| C.G.D. - CONTA N.º 0035/00004293431 | € |
| C.G.D. - CONTA N.º 0035/00005537330 | € |
| C. G. D. – CONTA N.º 0035/00005974050 | € |
| C. G. D. – CONTA N.º 0035/00006168050 | € |
| C. G. D. – CONTA N.º 0035/00006435350 | € |
| C. G. D. – CONTA N.º 0035/00007030250 | € |
| C. G. D. – CONTA N.º 0035/00006542530 – FEDER | € |
| C. G. D. – CONTA N.º 0035/00007105850 | € |
| C. G. D. – CONTA N.º 0035/00007121950..... | € |
| C. G. D. – CONTA N.º 0035/00007163830-CAUÇÕES..... | € |
| C. G. D. – CONTA N.º 0035/00007302650..... | € |
| C. G. D. – CONTA N.º 0035/00011923950..... | € |
| C.G.D. – CONTA Nº 0035/00207142150..... | € |
| B.T.A.–CONTA N.º 0018/10814784001..... | € |
| C. C. A. M. – CONTA N.º 0045/40122579743 | € |
| C. C. A. M. – CONTA N.º 0045/ 40122579668..... | € |
| NOVO B. – CONTA N.º 0007/00102934558 | € |
| NOVO B. – CONTA N.º 0007/00219692682 | € |
| C.E.M.G. – CONTA N.º 0036/99100014214 | € |
| TOTAL DE DISPONIBILIDADES..... | € |
| DOTAÇÕES ORÇAMENTAIS | € |
| DOTAÇÕES NÃO ORÇAMENTAIS | € |



O Senhor Presidente declarou aberta a reunião às nove horas e trinta minutos, iniciando com cumprimentos às Senhoras e Senhores Vereadores, aos técnicos da Câmara que estavam a prestar apoio à reunião, e também a todos os que acompanhavam a reunião através das redes sociais."

Tratando-se de uma reunião extraordinária, entrou-se de imediato na Ordem de Trabalhos:

- 1) Proposta de aprovação da ata em minuta no final da reunião;-----
- 2) Proposta de aprovação da assunção de Encargos Plurianuais decorrentes do plano de reembolso relativo à candidatura ALT20-07-1203-FEDER-000084, referente à Eficiência Energética na iluminação pública no Município de Viana do Alentejo; -----
- 3) Proposta de aumento do Capital Social da AgdA – Água Públicas do Alentejo, S.A., e respetiva imputação aos Municípios associados da AMGAP – Associação de Municípios para Gestão da Água Pública no Alentejo para os anos de 2022 e 2023; -----
- 4) Proposta de aprovação do Mapa de Demonstração de Desempenho Orçamental, nos termos do artigo 77º da Lei nº 82/2023, de 29 de dezembro (Lei do Orçamento de Estado para 2024); -----
- 5) Proposta de aprovação da 1ª alteração modificativa ao Orçamento da Receita; -----
- 6) Proposta de aprovação da 1ª alteração modificativa ao Orçamento da Despesa; -----
- 7) Proposta de aprovação da 1ª alteração modificativa ao Plano de Atividades Municipais;
- 8) Proposta de aprovação da 1ª alteração modificativa ao Plano Plurianual de Investimentos;
- 9) Proposta de emissão de licença especial de ruído para realização de um evento musical nos dias 9 e 10 de fevereiro de 2024, em Viana do Alentejo; -----
- 10) Proposta de emissão de licença especial de ruído e isenção do pagamento de taxas ao Grupo Associativo de Jovens de Aguiar, para a realização de um evento musical, em Aguiar, nos dias 10 e 11 de fevereiro de 2024; -----

Ponto um) Proposta de aprovação da ata em minuta no final da reunião - A Câmara deliberou por unanimidade aprovar a ata em minuta, no final da reunião, nos termos do nº 3 do artigo 57º do Anexo I à lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na redação atual. -----

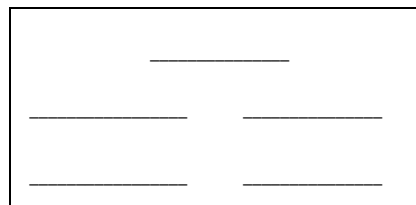
Ponto dois) Proposta de aprovação da assunção de Encargos Plurianuais decorrentes do plano de reembolso relativo à candidatura ALT20-07-1203-FEDER-000084, referente à Eficiência Energética na iluminação pública no Município de Viana do Alentejo –A Câmara deliberou aprovar, por unanimidade, a Proposta de aprovação da assunção de Encargos Plurianuais decorrentes do plano de reembolso relativo à candidatura ALT20-07-1203-FEDER-000084, referente à Eficiência Energética na iluminação pública no Município de Viana do Alentejo. -----

Ponto três) Proposta de aumento do Capital Social da AgdA – Água Públicas do Alentejo, S.A., e respetiva imputação aos Municípios associados da AMGAP – Associação de Municípios para Gestão da Água Pública no Alentejo para os anos de 2022 e 2023 -

Relativamente a este ponto da Ordem de Trabalhos, o Senhor Presidente, a pedido do Chefe da Divisão, solicitou aos Senhores Vereadores autorização para a sua retirada, uma vez que a documentação necessária para a deliberação da proposta não foi submetida. -----

Ponto quatro) Proposta de aprovação do Mapa de Demonstração de Desempenho Orçamental, nos termos do artigo 77º da Lei nº 82/2023, de 29 de dezembro (Lei do Orçamento de Estado para 2024) - Foi aprovada, por maioria, com dois votos favoráveis e três abstenções, por parte das Senhoras Vereadoras Sara Grou e Rita Rafael e do Senhor Vereador António Costa da Silva, a Proposta de aprovação do Mapa de Demonstração de Desempenho Orçamental, nos termos do artigo 77º da Lei nº 82/2023, de 29 de dezembro (Lei do Orçamento de Estado para 2024).

Em relação aos pontos números cinco, seis, sete e oito, o Senhor Presidente sugeriu que fossem discutidos em conjunto, sendo depois votados separadamente. -----



Foi referido um documento em Excel, que continha as alterações ao Orçamento da Receita, ao Orçamento da Despesa, ao Plano de Atividades Municipais e ao Plano Plurianual de Investimentos, o qual havia sido enviado aos Senhores Vereadores. Este documento apresentava as propostas dos Técnicos para o reforço do Orçamento de 2023, enquanto se aguardava a preparação do Orçamento para 2024, para posterior submissão à aprovação. -- O Senhor Presidente perguntou se havia questões a colocar sobre o assunto ou se seria necessário o esclarecimento do Técnico João Murteira, da Divisão de Gestão de Recursos. Em seguida, usou da palavra o Senhor Vereador António Costa da Silva, que considerou importante uma explicação genérica das alterações efetuadas e as respetivas razões, para que todos compreendessem “do que se estava a falar”.

Neste contexto, o Senhor Presidente solicitou a presença do referido Técnico, acrescentando que, embora conseguisse explicar a situação em termos gerais, não o poderia fazer do ponto de vista técnico. Referiu que houve reforço de algumas rubricas que, no Orçamento de 2023, não dispunham da cabimentação necessária, o que exigiu um “jogo financeiro” por parte dos Técnicos, de forma a adaptar o Orçamento à entrada das verbas do FEDER - Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional e à integração de saldo - disse.

-Houve também a retirada de verbas que já haviam sido utilizadas, uma vez que, como era do conhecimento geral, estava-se a trabalhar com o Orçamento de 2023, que se encontrava cabimentado com as verbas provenientes do ano anterior.

-O Senhor Presidente da Câmara concedeu a palavra ao Técnico João Murteira para que fosse feito um esclarecimento geral sobre as modificações realizadas.

-O referido técnico explicou que a ideia por trás dessas alterações era ajustar o Orçamento em vigor, que apresentava dotações corrigidas até 31 de dezembro de 2023, à realidade de 2024. Este ajuste abrange não apenas a receita proveniente do Estado, cujo montante será maior, mas também reflete uma redução nos valores provenientes do FEDER, no âmbito do quadro comunitário 2020, que se encerrou e cujos valores ainda estão pendentes de recebimento. --Além disso, foi feita uma adequação em relação aos projetos em andamento, que, em 2023, não possuíam saldo suficiente. Como exemplo, citou as Unidades de Saúde, cuja previsão de execução não estava contemplada em 2023, exigindo adequação para 2024. Outro ponto destacado foi o aumento das despesas com pessoal, que serão superiores em 2024 em relação a 2023, devido, entre outros fatores, à atualização do salário mínimo e às normas decorrentes dessa atualização.

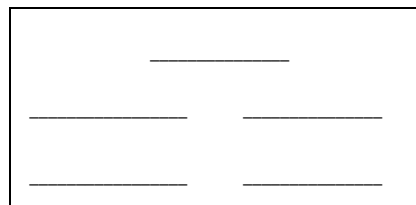
Por fim, mencionou que poderia haver outros ajustes pontuais, destacando ainda a abertura do projeto do Centro de Saúde de Viana, que não existia em 2023 e foi incluído para execução em 2024.

Seguidamente, o Senhor Presidente da Câmara tomou a palavra, referindo-se ao reforço das rubricas. Explicou que, para dar seguimento aos projetos dos Centros de Saúde e avançar com a recuperação da parte restante do Centro de Saúde de Viana do Alentejo, era imprescindível o reforço dessas rubricas. Sublinhou ainda que não se poderia esperar pela aprovação de um novo Orçamento.

O Senhor Presidente informou que foi reforçada a rubrica destinada à iniciativa programada relativa ao “chocalho”, que contará com apoio do setor do Turismo. Por outro lado, ao contrário do que havia sido proposto no Orçamento para 2024, onde as iniciativas previam um aumento de cerca de 6%, essas iniciativas não foram incluídas no momento.

Concluiu afirmando que as alterações seriam realizadas conforme as necessidades que surgissem. O Senhor Vereador António Costa da Silva usou da palavra, mencionando que tinha duas questões a colocar.

Relativamente às rubricas, afirmou que estas precisavam de estar devidamente inscritas no Orçamento. Em seguida, referiu-se ao montante disponível para o quartel da G.N.R., que era de aproximadamente 520 mil euros, e ao valor apresentado para a Escola de Alcáçovas, que



correspondia a 240 mil euros. -----
Neste momento, o Técnico João Murteira interrompeu a intervenção do Senhor Vereador António Costa da Silva, esclarecendo que o mapa mencionado já não estava atualizado. Especificou que, em relação ao projeto da Escola de Alcáçovas, o valor que permaneceu era apenas o correspondente ao projeto, referente ao saldo transitado. Explicou ainda que isso ocorria porque não havia, até ao momento, uma projeção da obra, uma vez que esta ainda não tinha sido autorizada. Nessas condições, afirmou, o projeto não poderia ser contemplado nem do lado da receita nem do lado da despesa. -----

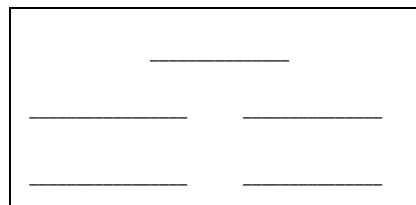
O Senhor Vereador António Costa da Silva afirmou que o Técnico João Murteira acabara de responder à pergunta que pretendia colocar. Explicou que "tinham recebido o Excel e que se tinha centrado no documento como sendo as primeiras propostas ou intenções iniciais". Acrescentou que o documento com as alterações havia sido recebido apenas no dia anterior, o que resultou em um tempo muito limitado para sua análise. Por esse motivo, baseou-se principalmente na informação inicial, e o seu comentário refletia essa situação. -----
Assim, declarou que "tinha estranhado aquele montante reforçado, quando havia outras necessidades". -----

Em relação ao Quartel da G.N.R., o Senhor Vereador António Costa da Silva perguntou se aquele valor se mantinha. -----

O Técnico respondeu que o valor e a indicação fornecida aos serviços haviam sido para que se considerasse o montante protocolado, "com uma distribuição de 40/60", seguindo a mesma lógica, uma vez que ainda não havia uma calendarização nem o lançamento do projeto. -----

Nesse momento, o Senhor Presidente interveio, afirmando que "não era pela mesma ordem de ideias" e citou como exemplo a Escola de Alcáçovas, que "nem estava ainda aprovada". Prosseguindo, o Senhor Presidente explicou que, caso as alterações fossem aprovadas, estas teriam de ser submetidas à Assembleia Municipal. Após essa etapa, seriam colocadas a concurso, respeitando todos os procedimentos inerentes, como os prazos do concurso e o recebimento de propostas. -----

Acrescentou ainda: "Imaginemos que ficam desertos, uma vez que se tratam de valores de há 4 anos, pois aqui não houve alteração de valores, nem mesmo os sugeridos pelo MAI – Ministério da Administração Interna." -----



A Senhora Vereadora Sara Grou interveio e perguntou se o valor de 1 milhão e 200 mil euros se mantinha. O Senhor Presidente respondeu afirmativamente e acrescentou que, na reunião que teve com o MAI, foi informado que “não se mexia nos valores”. Caso o concurso ficasse deserto, seriam feitas as devidas correções posteriormente. -----Assim, disse que, se conseguissem lançar o concurso antes do final do ano, cerca de dois ou três meses antes, "já não seria mau". Isso justifica os 520 mil euros para o ano em curso, com o restante sendo transferido para 2025. -----

Verificou-se novamente a intervenção da Senhora Vereadora Sara Grou, que sugeriu que, paralelamente, fossem construídos o Loteamento e o Quartel da G.N.R. -----O Senhor Presidente respondeu que talvez não fosse possível lançar os dois projetos ao mesmo tempo. A Senhora Vereadora Sara Grou, então, sugeriu que o executivo avançasse com o Loteamento, uma vez que o projeto já estava concluído e os valores para essa obra já estavam "carregados". -----O Senhor Presidente explicou que o objetivo era que o Loteamento da Lindina, que serviria de base para o Quartel da G.N.R., fosse lançado já com os valores atualizados. Acrescentou que esse projeto não tinha financiamento, portanto, seria a Câmara a financiá-lo.----- Nesse sentido, o Senhor Presidente afirmou que não haveria vantagem em lançar o projeto com os valores antigos, pois se tratava de um projeto desatualizado e havia o risco de o concurso ficar deserto. Acrescentou que os valores estavam sendo atualizados e que a diferença em relação aos valores anteriores não seria significativa. -----

A Senhora Vereadora Sara Grou voltou a questionar a possibilidade de as obras serem realizadas em simultâneo. ---O Senhor Presidente esclareceu que as obras do Quartel da G.N.R. só necessitariam das infraestruturas quando chegasse o momento de fazer as ligações. Explicou que, conforme os contatos mantidos com os engenheiros, a sugestão recebida foi de que "o tapete final só seria colocado após a conclusão da obra do Quartel da G.N.R. ". -----Relativamente ao concurso do Loteamento, o Senhor Presidente mencionou que, certamente, conseguiriam resolvê-lo antes do concurso do Quartel da G.N.R. -----

O Senhor Vereador António Costa da Silva interveio e questionou como ficaria a dotação da EBSIS para o ano de 2024, "depois de tudo". -----Em resposta, o Técnico João Murteira explicou que a dotação ficaria destinada à parte que havia faltado na requisição transitada. Esclareceu ainda que, em 2023, o valor atribuído era de 2 milhões e meio, mas que agora seria um valor menor. O montante reduzido correspondia ao que já havia sido recebido, restando a verba necessária para os trabalhos complementares e para uma adenda referente à fiscalização. -----

Voltou a intervir o Senhor Vereador António Costa da Silva, destacando a importância da resposta fornecida e explicando o raciocínio por trás da sua observação. -----

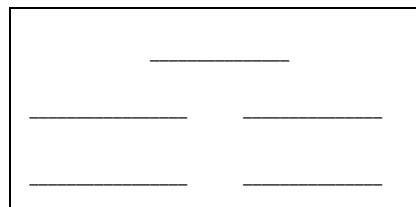
Disse que dentro do Orçamento existente, com as alterações modificativas realizadas, havia sempre a possibilidade de ajustá-lo à realidade apresentada. Acrescentou que, mesmo considerando a eventualidade de alguma iniciativa não ser executada, ainda poderia haver margem para redirecionar recursos para projetos de investimento, por exemplo. -----

O Senhor Vereador António Costa da Silva afirmou que aquela situação demonstrava o que ele já havia mencionado nas duas últimas reuniões de Câmara realizadas. Com as alterações apresentadas, seria possível acomodar perfeitamente as necessidades de reforço e de investimento para a EBSIS. -----

Relembrou o "amuo" do Senhor Presidente e todo o stress pelo qual passaram, expressando sua opinião de que a forma como as coisas estavam sendo conduzidas não era correta. -----

Acrescentou que, por vezes, seria possível utilizar mecanismos previstos na Lei para resolver problemas de forma mais eficiente. -----

O Senhor Presidente interveio, afirmando que discordava de alguns pontos mencionados pelo Senhor Vereador António Costa da Silva. Justificou sua posição destacando o trabalho



significativo realizado pelos Técnicos, o qual poderia ser confirmado pelo Técnico presente na sala, João Murteira. -----

Prosseguindo, o Senhor Presidente explicou que tinham transferido algumas verbas para 2025, permitindo assim a utilização de outros recursos em 2024. Ressaltou que todo esse procedimento exigiu um esforço enorme e comentou que poderia ter sido realizado de forma muito mais simples. Adiantou, ainda, que o empreiteiro responsável pela obra da Escola havia apresentado uma carta à Câmara estipulando o prazo até o dia 23 de fevereiro para a aprovação dos trabalhos complementares. Advertiu que, caso o prazo não fosse cumprido, a obra seria interrompida. -----

Ainda em sua intervenção, o Senhor Presidente mencionou que, de acordo com os contatos mantidos com o empreiteiro, havia a necessidade de realizar uma subcontratação para as empresas de alumínio, entre outras. Para que isso fosse possível, seria necessário disponibilizar os recursos financeiros para o empreiteiro e acrescentou que, caso os trabalhos complementares não fossem assinados, estaria a "pôr do seu bolso" os recursos necessários para o prosseguimento da obra. ---O Senhor Presidente afirmou que essa situação exigiu um esforço coletivo e concordou que poderiam existir outras formas de resolver o assunto. No entanto, não sabia se essa seria a melhor solução, mas o que importava naquele momento era resolver a questão. Se essa fosse a solução, para já, seria o que teria de ser feito. Posteriormente, poderia ser lançada uma nova proposta para o Orçamento ou outras propostas de alteração, conforme necessário. -----

Seguiu-se a intervenção do Senhor Vereador António Costa da Silva que deixou uma nota que considerou importante. -----

Disse que estava plenamente convencido de que os Técnicos estariam mais tranquilos com esta solução, que era normal, do que com a outra solução que lhes havia sido apresentada. A prova disso estava no fato de o Chefe de Divisão não ter se "atravessado na proposta ao Presidente"; foi o Presidente quem se "atravessou sozinho" na proposta anterior, um assunto que já havia sido discutido antes. -----

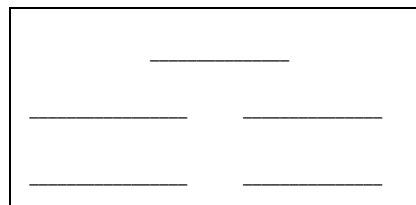
Em relação ao Técnico João Murteira e a toda a equipa que trabalhou no processo, o Senhor Vereador afirmou que era natural que tivesse havido um esforço adicional e, por isso, dirigiu a todos uma palavra de apreço e reconhecimento pela dedicação e trabalho desenvolvido. -- Disse ainda que isso também era uma questão de brio profissional e exemplificou com o esclarecimento dado pelo Técnico, que "nem sequer precisou de se apoiar no documento para as devidas explicações." -----

O Senhor Presidente interveio e, em resposta às palavras do Senhor Vereador dirigidas ao Técnico João Murteira, destacou que este "trabalhou tanto neste assunto" que o sabia de cor. Voltou a intervir o Senhor Vereador António Costa da Silva, realçando que este reconhecimento era importante, pois proporcionava tranquilidade àquela decisão, algo que não ocorrera na anterior. -Concluiu reiterando o seu agradecimento ao Técnico presente e estendeu esse agradecimento a todos os envolvidos que trabalharam em conjunto com ele. - Usou da palavra o Senhor Presidente, sublinhando o reconhecimento pelo trabalho dos Técnicos e o esforço de todos. Destacou que, apesar das dificuldades, foi possível alcançar um entendimento técnico. -----

Acrescentou que não tinha solicitado que se fizesse de determinada forma, tendo recebido as propostas dos Técnicos, que sugeriram o caminho a seguir para alcançar um Orçamento real. Ressaltou, ainda, que as "decisões políticas" faziam parte do processo, como no exemplo do corte em iniciativas devido à necessidade de verba. -----

Agradeceu, por fim, o empenho e a disponibilidade dos Técnicos neste trabalho complexo e exigente. -----

Em seguida, interveio a Senhora Vereadora Sara Grou, agradecendo também a toda a equipa, em especial ao Técnico João Murteira, pelo esforço em encontrar uma solução para esta



situação que, embora não fosse a ideal, “foi a possível”, permitindo maior tranquilidade, como já havia afirmado o Senhor Vereador António Costa da Silva. -----

-Prosseguindo, questionou o Senhor Presidente sobre a proposta de Orçamento para 2024, salientando que, estando já em fevereiro, continuavam num impasse. Recordou que o Senhor Presidente mencionou a intenção de apresentar uma reformulação desse Orçamento, destacando que, por ser do interesse de todos, sobretudo de quem estava a gerir a Câmara, “teria de o fazer”. A Senhora Vereadora referiu ainda que “aquilo seria um remendo”, observando que, conforme referido pelo Senhor Presidente, não havia uma solução adequada para o caso das iniciativas. Destacou, em particular, que a situação seria mais complicada para a Senhora Vice-Presidente, dada a responsabilidade do seu pelouro. -----

A Senhora Vereadora referiu que a situação que preocupava as Vereadoras do Partido Socialista e que, no momento, estava assegurada, era a rubrica dos vencimentos e a resolução dos trabalhos adicionais da EBSIS, destacando que não desejavam que esta obra fosse interrompida. Sublinhou que, para a comunidade, tal cenário seria prejudicial, pois a obra não poderia “arrastar-se para o próximo ano letivo”. -----

Neste contexto, afirmou que a reformulação do Orçamento deveria ser realizada “de uma forma mais democrática”. -----

O Senhor Presidente respondeu que não podia concordar com a Senhora Vereadora Sara Grou a respeito da “forma mais democrática”, uma vez que, em seu entendimento, o processo já havia sido conduzido de forma democrática. Explicou que ocorreram reuniões e contactos entre todos, e que, embora nem sempre haja concordância total, é necessário alcançar entendimentos. -----

Em relação ao Orçamento, afirmou que precisava daquele documento para a reunião, de modo a possibilitar o trabalho necessário, como a emissão de requisições para todo o ano, a alocação dos valores dos salários e o lançamento das obras, entre outras ações. Assim, não seria possível solicitar aos Técnicos a elaboração de um novo Orçamento. -----

A Senhora Vereadora Sara Grou concordou que tratar desses dois assuntos simultaneamente não seria possível, mas salientou que, neste momento, era do interesse de todos que se começasse a trabalhar no Orçamento. -----

O Senhor Presidente respondeu que o Orçamento passaria sempre por uma alteração modificativa do Orçamento de 2023, esclarecendo que não seria como o primeiro, apresentado como “Proposta de Orçamento para 2024”. Comprometeu-se a apresentar o documento assim que tudo “estabilizasse”. -----

Usou da palavra a Senhora Vice-Presidente, que fez referência às palavras da Senhora Vereadora Sara Grou, destacando a dificuldade que a Divisão de Cultura e Desporto enfrentaria devido ao corte de verba nas iniciativas. A Senhora Vice-Presidente afirmou que essa gestão seria muito complicada, uma vez que já tinham solicitado um orçamento para o aluguer de tendas para o ano inteiro, com o objetivo de reduzir os custos e o trabalho. No entanto, com menos 6% do que inicialmente se tinha previsto gastar, seria bastante difícil. --

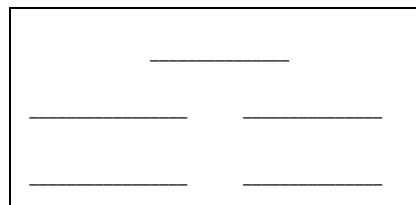
A Senhora Vice-Presidente afirmou que seria necessário um esforço da equipa daquela Divisão, assim como havia ocorrido com a equipa do Técnico João Murteira, a quem dirigiu um agradecimento pela dedicação e pelo trabalho. -----

A Senhora Vereadora Sara Grou interveio e perguntou à Senhora Vice-Presidente quando seria adjudicado o serviço de aluguer de tendas, uma vez que já tinham solicitado o orçamento. -----

Senhor Presidente interveio e explicou que seriam realizadas consultas prévias para determinar o valor com o qual iriam lançar o concurso. -----

A Senhora Vereadora Sara Grou salientou que, na altura da adjudicação, poderia já haver um novo Orçamento. -----

O Senhor Presidente respondeu que duvidava dessa possibilidade, uma vez que o processo já



estava em andamento. Ressaltou que, ao falar de tendas, não se deveria considerar apenas as tendas para a Feira D'Aires, pois, em abril, já haveria essa necessidade, tendo em vista a realização da Romaria a Cavallo. -----

Voltou a intervir a Senhora Vereadora Sara Grou e disse que talvez não tivesse percebido bem quando falaram do Orçamento pela primeira vez. -----

Referiu que tinha entendido que o executivo em permanência tinha aumentado o Orçamento em 4%, o que correspondia também ao aumento do FEF (Fundo de Equilíbrio Financeiro). ----

O Senhor Presidente esclareceu que a proposta para as iniciativas era de cerca de 6% e que sabia de onde surgira a ideia dos 4%. Explicou que esses 4% se referiam às Juntas de Freguesia, pois havia a promessa de que, se o Orçamento fosse aprovado, o valor transferido para as Juntas seria reforçado, além do aumento já acordado no ano anterior. -----

Neste sentido, o Senhor Presidente salientou que havia um reforço na rubrica destinada à iniciativa do 25 de Abril, pois era o ano da comemoração dos 50 anos dessa data, e também para a iniciativa dos Chocalhos, embora com um reforço menor. As demais iniciativas mantiveram os valores do ano anterior. -----

Usou da palavra a Senhora Vereadora Rita Rafael, que afirmou não ter certeza do que iria questionar, mas gostaria de ser esclarecida sobre o assunto dos "tanques", que, segundo constatou, não estavam presentes no documento. -----

O Técnico João Murteira explicou que os "tanques" não constavam do documento porque não haviam sido reforçados no momento. Toda a rubrica necessária já tinha sido reforçada numa alteração anterior. As únicas que estavam presentes eram aquelas que tinham sido reforçadas ou diminuídas. -----

O Senhor Vereador António Costa da Silva interveio e explicou que aquele documento em Excel era um instrumento "para lhes facilitar a vida", evitando que se perdessem num documento de maiores dimensões. -----

O Senhor Presidente referiu que o objetivo era "aquela transparência", pois isso tornaria a análise do documento muito mais fácil, sendo essa a realidade. Com o outro documento, levariam muito mais tempo para analisar. -----

O Senhor Vereador António Costa da Silva voltou a intervir, afirmando que aquele documento em Excel foi muito bem-vindo pelos serviços, pois ajudou bastante. Se não fosse o Excel e se tivessem recebido o documento de véspera, ele não contaria com o seu voto. -----

A Senhora Vereadora Sara Grou usou da palavra para pedir desculpas ao Senhor Presidente pelo incómodo que lhe possa ter causado no sábado pela manhã, quando o contactou para informar que não tinha recebido nem o documento em Excel nem os demais documentos. --

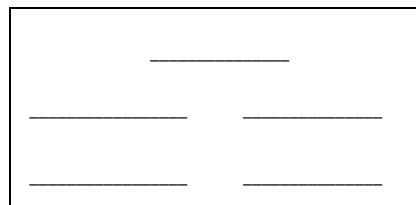
O Senhor Presidente interveio e disse que os agradecimentos deveriam ser dirigidos ao Técnico João Murteira, que se disponibilizou para concluir o documento. -----

Ponto cinco) Proposta de aprovação da 1ª alteração modificativa ao Orçamento da Receita
Foi aprovada, por maioria, com dois votos favoráveis e três abstenções, por parte das Senhoras Vereadoras Sara Grou e Rita Rafael e do Senhor Vereador António Costa da Silva, a 1ª alteração modificativa ao Orçamento da Receita. -----

-Ponto seis) – Proposta de aprovação da 1ª alteração modificativa ao Orçamento da Despesa- Foi aprovada, por maioria, com dois votos favoráveis e três abstenções, por parte das Senhoras Vereadoras Sara Grou e Rita Rafael e do Senhor Vereador António Costa da Silva, a 1ª alteração modificativa ao Orçamento da Despesa. -----

Ponto sete) Proposta de aprovação da 1ª alteração modificativa ao Plano de Atividades Municipais - Foi aprovada, por maioria, com dois votos favoráveis e três abstenções, por parte das Senhoras Vereadoras Sara Grou e Rita Rafael e do Senhor Vereador António Costa da Silva, a 1ª alteração modificativa ao Plano de Atividades Municipais. -----

Ponto oito) Proposta de aprovação da 1ª alteração modificativa ao Plano Plurianual de Investimentos - Foi aprovada, por maioria, com dois votos favoráveis e três abstenções, por



parte das Senhoras Vereadoras Sara Grou e Rita Rafael e do Senhor Vereador António Costa da Silva, a 1ª alteração modificativa ao Plano Plurianual de Investimentos. -----

Neste ponto da Ordem de Trabalhos, o Senhor Vereador António Costa da Silva usou da palavra e comunicou que desejava deixar uma declaração de voto, a qual ia no sentido daquilo que já havia mencionado. Referiu que aquela era a solução mais adequada para o contexto atual. Ou seja, para quem não teve os Documentos Previsionais aprovados para fazer alterações modificativas no sentido de ajustar o Orçamento à realidade, foi encontrada uma solução técnica e política que devia ser aplicada naquele contexto, em vez de recorrer ao "empréstimo a curto prazo", tal como já havia referido. -----

Da parte do VIVA, a viabilização "era simples", pois estas alterações garantiam, desde já, o regular funcionamento do Município de Viana do Alentejo, bem como a execução dos projetos de investimento previstos. Entre os principais projetos destacam-se: a conclusão da obra da Escola, o início das obras do Quartel da G.N.R., as obras dos Polos de Saúde, que foram financiados a 100%, mas que necessitam de ter as respetivas verbas orçamentais inscritas, e ainda as obras do Centro de Saúde de Viana do Alentejo. -----

Assim, disse que ficavam com a garantia que o Orçamento funcionava na sua plenitude, com os vencimentos assegurados. -----

O Senhor Vereador mencionou que, ao longo do ano, eram realizadas alterações que eram sempre viabilizadas em reuniões de Câmara. Por esse motivo, não manifestava preocupação com o facto de se ter optado por reforçar algumas rubricas em detrimento de outras, considerando que os ajustes seriam realizados ao longo do tempo, nomeadamente no que respeita aos eventos. -----

Referiu também que, do ponto de vista político, "preferia financiar a Escola de Viana do Alentejo do que trazer um espetáculo como o "Mafama"; da mesma forma, preferia financiar a Unidade Local de Saúde de Viana do Alentejo do que alocar os recursos em eventos como o "Olarilolela." -- Referiu que aqueles investimentos eram opções estruturantes. Embora reconhecesse a importância de outras iniciativas, como os eventos, considerava que estas tinham uma relevância menor em comparação com os investimentos principais. -----

Neste âmbito, afirmou que não se sentiria incomodado com eventuais cortes naquelas iniciativas, uma vez que considerava haver outras prioridades. -----

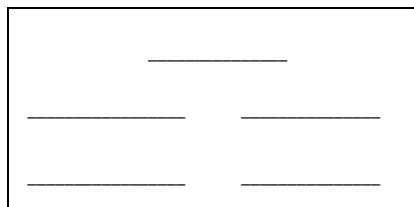
A concluir, salientou que a viabilização do VIVA não estava associada aos Documentos Previsionais existentes no Município. Tratava-se, antes, de uma questão de assegurar o funcionamento dos serviços. Destacou ainda que a gestão e as decisões eram da responsabilidade do executivo, com as quais a sua força política não se identificava, pelo menos em maioria. -----

Interveio a Senhora Vereadora Sara Grou, que apresentou também uma declaração de voto, justificando que a abstenção das Senhoras Vereadoras do Partido Socialista permitia ao executivo em permanência assegurar a gestão corrente da Câmara. -----

Referiu, ainda, a preocupação que havia manifestado inicialmente, relacionada com a rubrica dos vencimentos, salientando que "quem trabalha deve ser remunerado" e que não se poderia correr esse risco. Destacou, por fim, outra preocupação que recaía sobre a EBSIS. --- Sabiam que iriam abrir rubricas, como era o caso do Centro de Saúde de Viana e que era bastante necessária- disse -----

A Senhora Vereadora reforçou as palavras do Senhor Vereador, afirmando que "as opções eram políticas" e que as Vereadoras do Partido Socialista também não se reviam em todas as decisões do executivo em permanência. Contudo, destacou que, como se costuma dizer, "eram opções políticas". -----

O Senhor Presidente interveio, deixando uma nota relativa às declarações de voto, afirmando que "não as discutia". Contudo, fez questão de esclarecer que a forma como o Senhor Vereador António Costa da Silva justificou a viabilização das alterações orçamentais poderia



levar a entender que havia sido colocada em causa a prioridade de determinados investimentos em detrimento de outros. -----

O Senhor Presidente sublinhou que, apesar de ter havido alguma redução nas iniciativas, nunca se colocou em causa a prioridade das obras. Afirmou que o documento havia sido adaptado às opiniões e tomadas de posição do Senhor Vereador e das Senhoras Vereadoras. Acrescentou ainda que aquele não era o Orçamento desejado, mas já era possível, em colaboração com as forças políticas PS e VIVA, pensar no bem-estar da população, o que, segundo afirmou, não estava a acontecer. -----

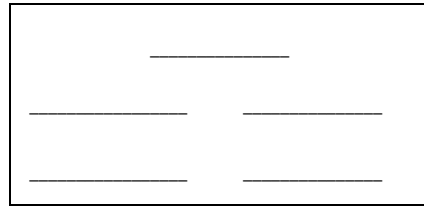
Referiu que, anteriormente, estava a haver uma abordagem excessivamente política, mas que agora, com os ajustes realizados, já era possível trabalhar de forma mais eficaz. -----

A concluir a sua intervenção, afirmou que o que realmente importava era que conseguissem levar as coisas para a frente, pois estavam a surgir várias candidaturas, o que permitiria a realização de algumas obras. Ressaltou que, sem Orçamento e sem verbas, essas obras não seriam possíveis de concretizar. Frisou ainda que o caso da EBSIS era preocupante e que, se não fosse possível dar continuidade às obras, isso seria extremamente prejudicial para o nosso Concelho. -----

Ponto nove) Proposta de emissão de licença especial de ruído para realização de um evento musical nos dias 9 e 10 de fevereiro de 2024, em Viana do Alentejo – Por unanimidade, a Câmara deliberou aprovar a emissão de licença especial de ruído para a realização de um evento musical, nos dias 9 e 19 de fevereiro de 2024, no estabelecimento "Spectu's", situado na Rua Médico Sousa, em Viana do Alentejo. -----

Ponto dez) Proposta de emissão de licença especial de ruído e isenção do pagamento de taxas ao Grupo Associativo de Jovens de Aguiar, para a realização de um evento musical, em Aguiar, nos dias 10 e 11 de fevereiro de 2024 - Por unanimidade, a Câmara deliberou aprovar a emissão de licença especial de ruído e a isenção do pagamento de taxas ao Grupo Associativo de Jovens de Aguiar, para a realização de um evento musical (baile de Carnaval) na Rua José Geraldo Caravela, em Aguiar, nos dias 10 e 11 de fevereiro de 2024. -----

Terminada a ordem de trabalhos, o Senhor Presidente declarou encerrada a reunião às dez horas e cinquenta e oito minutos, tendo a minuta desta ata sido aprovada por unanimidade.



Eu,

subscrevi.

O Presidente,

Os Vereadores,